



Fotos Alencar Monteiro

Iris Resende com os secretários da Agricultura: críticas ao governo.

## Secretários querem mais ajuda à agricultura

138

No encontro promovido por sua pasta com 23 secretários estaduais, o ministro da Agricultura, Iris Resende, ouviu várias críticas à política agrícola do governo e até mesmo denúncias sobre desvios de recursos de programas de desenvolvimento, para a compra de carros. O secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Antônio Tidei de Lima, criticou o governo por não garantir a aquisição da safra e obrigar o produtor a comercializar sua colheita às pressas.

A redução em 50% da correção monetária das dívidas dos agricultores contraídas até o mês de junho, anunciada pelo ministro da Agricultura, Iris Resende, foi considerada pelo secretário da Agricultura de São Paulo uma medida "incompleta". A redução dos juros e a garantia de preços mínimos até o final do ano seriam medidas mais importantes, comentou Tidei de Lima, que defendeu a descentralização da formulação de uma política agrícola capaz de abranger "desde o Nordeste até a região Sul". E justificou seu argumento: "Não sabemos, até hoje, os recursos a serem destinados a São Paulo, um pecado da centralização da política em Brasília", disse.

Criticou, ainda, o credenciamento dos armazéns, de uma forma que "favorece a ação dos intermediários" e disse que São Paulo tem capacidade para armazenar suas safras, mas faltam 5 milhões de sacas para acondicionar os produtos.

Direcionar os recursos a áreas prioritárias, por intermédio das próprias secretarias, na opinião do secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, seria um passo importante "para superar a atual situação de todos os secretários do setor que estão limitados à assistência técnica e não à formulação de uma política específica para o Estado, ou seja, quem diz o que o Estado deve plantar é o governo federal, que ora tende para o milho, ora para o feijão etc".

A defasagem do preço mínimo do trigo poderá determinar uma redução de 40% da área plantada em 1986 e acionar o mecanismo de importação para atender ao mercado interno, disseram os secretários de Agricultura da região Sul ao ministro Iris Resende. Eles acham que Cz\$ 340,00 por saca cobririam os custos de produção, mas o governo está operando com Cz\$ 270,00 a saca durante o mês de abril.

Além da elevação do preço mínimo, os secretários querem o fim do subsídio ao trigo e que os recursos a serem usados este ano para o subsídio, de Cz\$ 35 bilhões, sejam destinados às secretarias para viabilizarem os problemas de abastecimento. A região Sul reivindica também a formação de estoque regulador de carne suína — 20 mil toneladas — para viabilizar a comercialização de 150 mil suínos que já estão além da idade de abate e começam a ser problema para os produtores.

Já a região Nordeste denunciou ao ministro da Agricultura o desvio dos recursos dos programas especiais. Segundo o secretário da Agricultura do Ceará, Eudoro Santana, que representou a região, dos programas como o Projeto Nordeste. O pólo Nordeste, Projeto Sertanejo, Programa do Pequeno Produtor (Papp), nem 10% do seu montante chegou ao produtor rural, mas ficou ao longo do caminho com compra de carros, diárias dos técnicos, combustível e salários, entre outras coisas. Ele também disse que faltou recursos para o produtor plantar a safra deste ano e que o Banco do Brasil só atendeu a 70 propostas de mais de mil apresentados. Segundo o secretário da Agricultura do Ceará, o pequeno produtor quase não consegue receber o dinheiro do banco ora porque lhe falta título da terra, ora porque o banco não aceita título provisório do Incra e porque não consegue fazer lobby, como os médios e grandes.

Os agricultores do Paraná consideram as medidas anunciadas pelo governo para o setor "boas mas insuficientes" e reagiram com desconfiança diante da restrição do período em que deverá vigorar a extinção da correção monetária de 15 de maio de 86 a 28 de fevereiro de 87. Os agricultores garantem que a maioria dos contratos para financiamento de safra e investimento foram feitos em março e abril do ano passado, logo depois da implantação do Plano Cruzado.